

## **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

### **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: caminhos de integração fraterna\***

CLÓVIS BRIGAGÃO

Director-Adjunto do Centro de Estudos Norte-Americanos do Conjunto Universitário Cândido Mendes (Rio de Janeiro)

#### **Comunhão linguística e cultural**

Iniciante curioso nos assuntos da recém-formada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (cplp), deparei-me, surpreendentemente, com a realidade viva e actual de afirmação cultural no mundo dos que falam e escrevem os encantos da língua portuguesa, «branda para deleitar, grave para engrandecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve para resolver e acomodada às matérias mais importantes da prática e da escritura»<sup>1</sup>. Por via desse encantamento principiante, atentei-me para a diferença existente entre língua oficial e língua materna oficial, esta última o caso afirmativo do nosso português. Falada oficialmente em sete países, cujas populações somam cerca de duzentos milhões de habitantes é, ao mesmo tempo, língua materna para os cerca de cento e sessenta milhões de habitantes de Portugal e do Brasil, o que representa cerca de 86% do total de seus falantes<sup>2</sup>.

É, portanto, um acervo considerável, portador de uma comunidade linguístico-cultural que abrange África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), América (Brasil) e Europa (Portugal), além de territórios que usam o português na região asiática, como no caso de Timor-Leste (sob ocupação Indonésia), Macau (em processo de integração na China) e Goa, Diu e Damão (na Índia). Isso sem mencionar «comunidades falantes do português espalhadas, entre outros países, pela África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Japão, Malaca (Papiá Cristão), Sri Lanka, Suécia e Venezuela. Classificada como a sétima língua materna oficial mais falada do planeta, é, no Ocidente, a terceira, depois do inglês e do espanhol: prova da sua vigorosa capacidade de expansão, permanência e crescimento em todos os continentes.

## Quadro I - A Língua Portuguesa no Mundo: Países e Comunidades (1991 a 1994)

Milhões de habitantes

	População total	% que fala português	Emigrantes	Total
Angola	11 070	65%		7 195,5
Brasil	155 000	100%	1 000	156 000
Cabo Verde	390	90%	400	751
Guiné-Bissau	1 070	30%		321
Moçambique	16 000	40%		6 400
Portugal	9 820	100%	2 500	12 320
São Tomé e Príncipe	130	95%		123,5
Timor-Leste	550	40%		220
<b>Total</b>	<b>204 030</b>			<b>183 331</b>

Fonte: Estes dados foram compilados pelo Prof. José Maria Nunes Pereira (Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Conjunto Universitário Cândido Mendes) que nos cedeu para este artigo.

Observação: Não foram incluídos os dados sobre as comunidades de Macau (China), Goa, Diu e Damão (Índia), Malaca (Papiá Cristão) por serem considerados inexpressivos.

Se o aspecto quantitativo é respeitável, o português como expressão cultural-literária é ainda mais robusto, dignificado por Camões, Gil Vicente, Vieira, Herculano, Camilo, Eça, José de Alencar, Machado de Assis, Fernando Pessoa, Drummond, João Cabral, Guimarães Rosa, Saramago, Agustina Bessa-Luís, Pepetela, Corsino António Fortes, José Craveirinha, Mia Couto, além de outros poetas, músicos, ensaístas, jornalistas, etc., que estimulam as potencialidades de efectiva integração dessa comunidade.

Eis aí a afinidade central, além de outras afinidades electivas históricas, étnicas e culturais, a representar um sólido edifício que congrega e vivifica a personalidade de uma comunidade, que é de união na diversidade. Não são simples agregações de palavras aprendidas, faladas, escritas e difundidas, mas acervo cultural, com história e soberania representadas por essa comunhão linguística: quanto mais afirmada e reafirmada mais ela deixará de ser ameaçada de extinção ou de dominação e se tornará um instrumento e factor de desenvolvimento político e económico entre os povos de língua portuguesa.

### Antecedentes da cplp

Pode-se afirmar que a comunidade existiu informalmente, fruto do relacionamento criado entre os países de língua portuguesa, durante séculos de história e sobre os quais todos conhecemos suas vicissitudes, lutas e glórias. Ainda na década de 50, surgiam algumas ideias intelectuais com o sonho de uma comunidade de língua portuguesa, mas em razão da situação colonial na África, seus idealizadores (Gilberto Freire, Agostinho da Silva e Joaquim Barradas de Carvalho) abandonaram o projecto e ele foi deixado de lado.

Na década de 70, o projecto de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa seria retomado como resultante de significativas mudanças que ocorreram em Portugal com a Revolução dos Cravos, pondo fim à longa história do colonialismo e do fascismo e

ao nascimento de países independentes africanos. Também foi consequência do fim do autoritarismo e início do processo de democratização no Brasil. Num contexto mais global, a ideia projectada da cplp renasceu com a dinâmica do pós-Guerra Fria, com o fim da confrontação bipolar e a formação de grandes blocos que reforçam a interdependência económica.

A ideia de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira chegou a ser repensada com as mudanças vividas em Portugal a partir de 1974 e, felizmente, não prosperou. Guardava ainda o modelo de uma «comunidade lusófona», semelhante à comunidade francófona ou à Commonwealth inglesa, em que a antiga colónia funciona como pólo hegemónico e exclusivo, reflectindo uma relação unilateral metrópole-colónia. Tal modelo foi descartado não só no Brasil e nos países independentes africanos, como pelas forças políticas democráticas portuguesas que compreenderam ser aquele modelo inadequado diante da dinâmica internacional e das novas situações nacionais de cada um dos Sete.

Mais que tudo, essas transformações estimularam o que se convencionou chamar de «coligações de geometria variável», configurações e associações abertas e não exclusoras entre países com objectivos afins, que não apresentavam continuidade territorial fixa e nem explicitavam conflitos com outras organizações, às quais os futuros membros da cplp já pertenciam ou que viriam a pertencer, como é o caso de Portugal com a União Europeia, do Brasil com o Mercosul e África com a sadc e a cedeao.

É interessante observar aqui que o fenómeno da globalização económico-comercial atrai uma outra face, o fenómeno da contiguidade, geográfica e geoeconómica, como factor de atracção, aproximação e vizinhança de forças «contíguas» que se projectam na nova competitividade planetária. Novamente, os casos Portugal-ue, Brasil-Mercosul e Associação de Livre Comércio da América do Sul (sem falar da projectada Associação de Livre Comércio das Américas) e países africanos de língua portuguesa – sadc são referências exemplares. O processo de formação de blocos ou de comunidades, de forte conotação económico-comercial em direcção à globalização do mercado e dos recursos, reforça a ideia da contiguidade, expressando as vantagens da vizinhança como facilitador de maior e melhor conhecimento, comunicação e controlo.

Mas a globalização recicla uma curiosa geografia político-cultural e diplomática, aproximando grupos étnicos-culturais, transfronteiriços-culturais e linguísticos-culturais, dentro do marco de descontinuidade e descontinuidade geográfica, mas cujo pólo de atracção passa pela clivagem do acervo e património cultural-linguístico comum. A dispersão geográfica pode ser desvantajosa para o avanço de blocos económico-comerciais (união aduaneira, zona de livre comércio, mercado comum), mas pode (e deve) ser vantajosa para a constituição comunitária linguístico-cultural, com objectivos de cooperação e concertação transfronteiriça e internacional. Fenómeno novo e complexo, esse rico processo de globalização reflecte novos desafios, com suas possibilidades, tanto vantagens como desvantagens e que devem ser levadas em conta para viabilizar a cplp.

### **Primeiros passos diplomáticos**

Com o pensamento de salvar o património cultural via língua comum, foram dados os primeiros passos políticos e diplomáticos para a constituição da cplp. Formalmente, a criação da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, em 1986 (Praia, Cabo

Verde) reflecte bem o bom andamento dessa caminhada, pois nada mais eficaz que a raiz educacional proporcionando o florescimento da projectada integração.

Como característica dessa complexa ofensiva político-diplomática, é interessante observar a originalidade do processo: um equilíbrio, tanto na agenda como nos temas comuns que irão consubstanciar a Comunidade. O veio linguístico-cultural foi o leitmotiv instrumental para cimentá-la: agenda bastante criteriosa, com a avaliação dos temas comuns através de mecanismos multilaterais de cooperação e de concertação já realizados bilateralmente pelos Sete<sup>3</sup>.

A iniciativa, em 1989, do Governo brasileiro de reunir os Chefes de Estado e de Governo dos Sete na histórica cidade de São Luís (Maranhão) foi bastante oportuna. Naquela «cimeira» buscou-se criar um locus de intersecção entre vários processos de integração macro-regional, com papel reservado no levantamento de recursos junto a instituições financeiras internacionais, onde se observam prioridade à concessão de projectos de cunho cultural e social, mais do que aos de natureza exclusivamente económica. Nasce então o instrumento mais adequado para pavimentar o processo de criação da cplp, que foi a fundação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (iilp)<sup>4</sup>.

Quadro II Antecedentes da criação da CPLP (1986 a 1996)

Data • Local • Assunto

1984 • Praia (Cabo Verde) • Discurso de Jaime Gama propondo a formação de uma cplp  
1986 • Praia • Criação da Associação das Universidades de Língua Portuguesa  
1988 (1-3 Março) • Lisboa • I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa  
1988 • Lisboa • I Encontro de Jornalistas de Língua Portuguesa  
1988 (Outubro) • Paris • Colóquio «A Língua Portuguesa e a Tradução»  
1989 (2-5 Outubro) • Brasília • II Encontro de Jornalistas de Língua Portuguesa  
1989 (1-2 Novembro) • São Luís (Maranhão) • Criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (iilp)  
1989 (1-2 Novembro) • São Luís (Maranhão) • I Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa  
1992 • Lisboa • Criação do Instituto Camões  
1992 (28 Outubro) • Rio de Janeiro • I Mesa-Redonda no Jornal do Brasil (participação de diplomatas, jornalistas, intelectuais, professores e escritores)  
1993 (Março) • Brasília • Proposta político-diplomática do Governo brasileiro (Itamar Franco/José Aparecido de Oliveira) para a criação da cplp  
1993 (Outubro) • Nova Iorque • Reunião entre o Primeiro-Ministro Celso Amorim (Brasil) e os Primeiros-Ministros dos seis países de língua portuguesa (avaliação positiva para a criação da cplp)  
1993 (Dezembro) • Lisboa • II Mesa-Redonda no Jornal de Letras (participação dos Primeiros-Ministros do Brasil e de Portugal e embaixadores dos países africanos credenciados em Lisboa) – forma institucional da cplp  
1994 (Janeiro) • Luanda • III Mesa-Redonda (patrocínio da União dos Escritores Angolanos)  
1994 (9-10 Fevereiro) • Brasília • I Reunião de Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros dos Sete  
1994 (9-10 Fevereiro) • Brasília • Criação do Grupo de Trabalho de Concertação Permanente: preparação da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo e dos Actos Constitutivos da cplp  
1994 (27 Maio) • Lisboa • Reunião dos Vice-Primeiros-Ministros dos Sete (avaliação do Grupo de Concertação Permanente e aprovação de dois projectos: Declaração de Criação e Estatutos Provisórios da cplp)

1994 (Maio) • Maputo • Seminário de Maputo  
1994 (Junho) • Praia (Cabo Verde) • IV Mesa-Redonda  
1994 (28-30 Outubro) • Brasília • V Mesa-Redonda no Correio Brasiliense (realização conjunta com a I Feira Internacional da Cultura e XII Feira do Livro de Brasília)  
1995 (19 Julho) • Lisboa • Comunicado conjunto dos Primeiros-Ministros dos Sete designando o Comité de Embaixadores (ex-grupo de Concertação Permanente)  
1995 (20 Julho) • Lisboa • Cimeira Luso-Brasileira entre o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Primeiro-Ministro Cavaco Silva  
1996 (17 Abril) • Maputo • Reunião dos Ministros de Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros  
1996 (17 Abril) • Maputo • Preparação da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Sete para a criação da cplp<sup>5</sup>  
1996 (17 Julho) • Lisboa • Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Sete  
1996 (17 Julho) • Lisboa • Formalização da cplp e eleição do Secretário Executivo  
1996 (17 Julho) • Lisboa • Seminário Empresarial e Reunião de Titulares das Pastas de Cooperação

Considerando a emblemática dimensão atlântica da história portuguesa, surge em seguida a proposta do Governo brasileiro, através da actuação visionária do então Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, que submete pessoalmente a mensagem presidencial a cada destinatário dos demais seis países, sendo aprovada por unanimidade. Tratava-se, pois, de dar forma institucional à Comunidade, de modo a dotá-la de estruturas flexíveis e ágeis que pudessem permitir – e não obstruir e restringir – a melhor exploração das potencialidades existentes nesse mundo de interdependências. Vale a pena enfatizar que o importante nesse dinâmico processo, que parece ser irreversível, é a tentativa de evitar a todo o custo posições hegemónicas ou isolacionistas, dando lugar à concertação internacional com vantagens e benefícios recíprocos.

Em termos políticos a cplp poderá ser realmente o pólo dinamizador de uma Agenda de Amizade e Cooperação que reflecta em termos efectivos a concertação internacional dos Sete e a actuação em relação à situação particular dos países africanos de língua portuguesa. Nesse sentido, não é gratuito repetir que a cplp nasce de um movimento espontâneo que não pressupõe obrigações constitucionais, nem interferências nos compromissos já assumidos pelos países membros de outras configurações ou esferas geográficas e geoeconómicas.

Mas a ideia de concertação comunitária vai forjando relações especiais entre os Sete, apoiada em valores universais partilhados, como a democracia, o respeito pelos direitos humanos e os princípios que regem a boa convivência pacífica entre os Estados e o repúdio ao racismo.

A prioridade volta-se para a cooperação educacional e cultural, pela acção comum do iilp, do Instituto Camões, dos Centros de Estudos Brasileiros da Praia, Maputo, Bissau e Luanda, com o objectivo de se criar a Universidade dos Sete: capacitação de quadros, de carácter extensivo, sem que os estudantes precisem de se afastar de seus habitats e de seus trabalhos de rotina. A proposta vislumbra a criação de bancos de dados, financiamentos, isenções tarifárias interpaíses, circulação livre de encargos para equipamentos, laboratórios, insumos educacionais, científicos e culturais. É uma concepção institucional alargada de universidade, tendo como instrumento inicial a constituição do Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa<sup>6</sup>.

O papel aqui das agências e fundações de cooperação financeira para programas científicos, tecnológicos e educacionais torna-se decisivo, dando ênfase às pesquisas básicas, às ciências para o desenvolvimento, em áreas interdisciplinares, inclusive para o novo tema do desenvolvimento da cidadania.

### **A concertação política**

Aberta e não exclusora, com estruturas flexíveis e pouco onerosas, a cplp é vista como o fórum para se estabelecer uma agenda de cooperação e concertação política e reforçar a capacidade de inserção no plano internacional, através de um sistema de consultas para acção conjunta na defesa dos interesses comuns junto das principais organizações internacionais e regionais integradas pelos países dos Sete<sup>7</sup>.

Na frente interna, o concerto irá projectar-se futuramente com a organização do Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa, dando legitimidade às acções dos governos executivos. Paralelamente, tal concertação deve ser acompanhada pelo uso real e potencial dos meios de comunicação, essenciais no mundo da informação de hoje, não só no sentido da projecção do marketing comunitário, mas como veículo de liberdade e democratização. A circulação dos meios de informação pelas sociedades cria, sem dúvida, a consciência dos valores e direitos, como também a responsabilidade e o zelo diante dos nossos desafios. Por último, é através deles que se pode avaliar o grau da tão propalada ideia do multiculturalismo, que pode vir a ser um dos traços marcantes da nossa idiossincrasia no século xxi.

Para que esses passos adquirissem forma e arranjo institucional, tornou-se imprescindível criar o Grupo de Concertação Permanente (gcp), que ficou então encarregado de formular os principais projectos para os actos constitutivos da cplp, que seriam aprovados, dois anos mais tarde, com a realização da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos Sete. A partir de então, fechou-se o círculo institucional, estruturando o projecto da cplp com um sistema de direcção colectiva:

- a) a Cimeira ou Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo dos Sete, cuja presidência é rotativa e com reuniões cada dois anos;
- b) o Conselho de Ministros das Relações Exteriores e de Negócios Estrangeiros, com reuniões anuais e aprovação de medidas por consenso;
- c) o Conselho de Concertação Permanente, constituído por representantes do Brasil e dos seis países africanos e pelo Director de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal; e,
- d) o Secretariado Executivo, a ser nomeado pelo Conselho de Concertação Permanente.

Ainda no plano institucional, prevê-se o Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa (semelhante ao Parlamento Europeu e ao Parlamento Latino-Americano), para a actuação essencialmente política, com o propósito da celebração da democracia no seio da cplp e a criação da Universidade dos Sete.

A hábil arquitectura político-diplomática teria assim, simplificada, três níveis básicos e sobrepostos.

Um primeiro nível de formulação de Grande Estratégia (política e diplomática), representado pelos Presidentes/Primeiros-Ministros dos Sete; a sua actuação conjunta será decisiva para a defesa dos interesses comuns junto dos organismos internacionais políticos e económicos, principalmente no plano das trocas e intercâmbios em matéria financeira e de política cambial.

Um segundo nível, de concertação / implementação / execução de programas / planos / projectos (políticas públicas), que será formado pelo Conselho de Concertação Permanente e pelo Secretariado Executivo e com a actuação de outros Ministérios / Agências / Conselhos dos Sete para coordenar programas, visitas e missões a fim de implementar e executar as acções sectoriais, tanto governamentais como não governamentais. Aqui entra o papel mobilizador e dinamizador da comunidade empresarial, de negócios e investimentos dos Sete, que se traduz na dimensão de valor agregado de mercado da cplp<sup>8</sup>.

O terceiro nível compreenderá a rede executora da cplp. Decisiva para testar a formulação e concertação das duas primeiras instâncias, este nível de execução é que dará vida prática à cplp, através da criação de fomentos, financiamentos, negócios, serviços públicos e privados comunitários, enfim, o que irá garantir que os frutos da comunidade desçam até ao chão das realidades sociais e tragam benefícios à cidadania, eleitores, contribuintes e consumidores dos Sete<sup>9</sup>.

Além da formalização necessária desses três patamares, a existência real e concreta da cplp, não só entre os Sete, como entre eles e a comunidade internacional, é que poderá afirmar a sua viabilidade. Em princípio, as potencialidades e projecções da actual arquitectura da cplp serão fundamentais para consolidar o intercâmbio mútuo e intensificar as actividades destinadas à melhoria das condições de vida das populações da comunidade dos povos de língua portuguesa.

### **Alargar a cooperação e a integração**

«...Barco parado não faz viagem...»<sup>10</sup>.

Após duas décadas de intensa movimentação diplomática, variando de incertezas, adiamentos, conflitos de interesses e contingências de «última hora», foi alcançada a sintonia desejável para que se constituísse a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, quarta comunidade internacional a abrir os horizontes de cooperação entre os sete países membros.

Constituída em clima de optimismo, festa e sentimentos de afeição, a cimeira da cplp move-se agora sobre «rodas» para se tornar uma voz comum entre si e congregar sete vozes com sete votos para a actuação nos fóruns internacionais. Como carro-chefe, a Cimeira dos Sete aprovou a disposição de abrir caminhos à produção e circulação de bens culturais e a coordenação dos meios de comunicação comunitária, os quais darão força aos demais temas da cooperação para o desenvolvimento da cplp.

Algumas decisões foram alcançadas por consenso, devendo ser ratificadas após a primeira Missão do Secretário Executivo ter ouvido todos os Sete. Inicialmente, para manter o seu funcionamento, ficou estabelecido que a cplp disporá de um orçamento com três tipos de contribuições: quotas mínimas obrigatórias; quotas facultativas para o orçamento corrente; e, dotações para o Fundo de Actividades de Promoção da cplp; de fontes de entidades públicas e privadas. Os valores das contribuições mínimas para o orçamento corrente serão definidos na próxima Cimeira. Portugal, como sede da Comunidade, arcará com a responsabilidade financeira nesse primeiro momento (sessenta mil contos) e o Brasil vai pôr à disposição da Comunidade quatro milhões de reais para o fundo especial destinado ao apoio financeiro das acções de cooperação para o desenvolvimento da cplp.

Vale a pena destacar aqui os entendimentos, protocolos e programas de desenvolvimento para a cooperação concreta no seio da cplp. Apenas para citar alguns exemplos, podemos mencionar programas de desenvolvimento de recursos humanos; consultoria para o fortalecimento e estruturação institucional e empresarial; assessoria de projectos de desenvolvimento regional integrado, com o objectivo de implementar programas nas áreas da educação à distância, saúde, administração pública, agricultura e agropecuária, transportes, comunicações, minas e energia, meio ambiente, engenharia, desenvolvimento empresarial, indústria e serviços, sistema bancário e finanças, justiça, serviços conjuntos de polícias de fronteiras e até mesmo de defesa (narcotráfico e crime internacional).

Esse elenco de medidas concretas é que fará com que se possam desenvolver parcerias adequadas às realidades de cada país, potencializando as bases da institucionalização da cplp. Além de missões e visitas técnicas, há que ampliar o número de encontros, reuniões, seminários, mesas-redondas, em vários níveis, como por exemplo as que já vêm sendo realizadas nos encontros de Ministros da Justiça, Saúde e Educação dos países de língua portuguesa.

Quanto aos membros, a cplp deverá ter três tipos: Membro Pleno, Membro Observador e Membro Associado. No caso de Timor-Leste, que já havia solicitado a sua admissão, a Cimeira não decidiu sobre o estatuto da sua admissão. À última hora o Brasil reviu a sua posição: anteriormente rejeitava as reivindicações timorenses, passando agora a apoiar a sua luta pela autodeterminação. Além da obrigação moral da cplp de integrar Timor-Leste nas suas fileiras, há razões económicas e de Estado para tal atitude, pois Timor-Leste representará uma presença viva e porta para a região Ásia-Pacífico, uma das áreas económicas mais competitivas no mundo, bacia que congrega os membros da asean e da apec<sup>11</sup>.

A prioridade, após sete anos de estar criado no papel, será a de reactivar o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, para então cumprir, com as armas da criatividade e da imaginação, as metas que foram aprovadas e que deverão ser implementadas para a concertação política e a cooperação económica<sup>12</sup>.

No plano específico da cooperação económica há que ultrapassar a baixa reciprocidade ainda existente. Exemplificando, entre 1990 e 1994, o Brasil investiu mais de oitenta milhões de contos em Portugal, mas os investimentos portugueses no mercado brasileiro não chegaram a dois milhões de contos. Em Angola e Moçambique, o investimento português chega a 81% do total de investimentos estrangeiros e o Brasil apenas 4%. No caso particular de Moçambique, que pertence hoje à Commonwealth, a Inglaterra lidera o investimento estrangeiro com 33%, seguido de Portugal com 20% e o Brasil 1%. Também são insignificantes os dados das relações comerciais entre os países da cplp<sup>13</sup>.

O que se pode verificar, com esses dados preliminares, é que a cplp deve, num grande esforço de concertação, deixar as atitudes e visões paroquiais como as que ainda prevalecem. Dar esse salto é condição estratégica para a cplp, passando da retórica e dos discursos grandiloquentes para a acção concertada e cooperativa nos planos político-institucional e económico, principalmente nas áreas técnicas e empresariais, com substancial suporte para a formação do Fundo de Cooperação Económica.

Não se pode deixar à espontaneidade do tempo a determinação de avaliar as mudanças da realidade, muito menos deixar que se confirme o mote: em certas situações é preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma. Avaliar criteriosamente e acomodar as «concorrências» existentes de cada parte, nas suas relações privilegiadas com os blocos



económico-comerciais a que pertencem, deve ser o primeiro teste de viabilidade da cplp<sup>14</sup>.

Não se pode antecipar apressadamente quais os resultados que a nova comunidade de países de língua portuguesa irá alcançar até ao final do século xx e início do século xxi, com identidade e proveito próprios. Não podemos deixar de aproveitar as enormes potencialidades que o património linguístico e cultural oferece às novas e amplas oportunidades de concertação política, cooperação e integração económica. Desafios e potencialidades estão abertos nos caminhos de integração fraterna que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa decidiu trilhar.

## NOTAS

<sup>1</sup> Francisco Rodrigues Lobo, Corte na Aldeia, 16/9, Diálogo I, citado em Benedicto Silva, 1992, A Língua Portuguesa na Cultura Mundial, S. M. da Feira (Portugal), Fundação Eng. António de Almeida (Porto) e Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro), p. 19.

<sup>2</sup> O Brasil é o maior país de língua portuguesa, com os seus actuais cento e cinquenta e cinco milhões de habitantes, o que corresponde a 80% do total dos falantes da língua.

<sup>3</sup> Além do equilíbrio verificado na agenda e nos temas, é interessante observar o equilíbrio na localização das reuniões realizadas para a criação da cplp em Portugal, Brasil e nos países africanos.

<sup>4</sup> O iilp foi definido através de cinco objectivos: 1) promover a defesa da língua portuguesa, património comum dos países e povos que a usam como língua nacional ou oficial; 2) fomentar o enriquecimento e difusão do idioma como veículo de cultura, educação, informação e de acesso ao conhecimento científico e tecnológico; 3) promover o desenvolvimento das relações culturais entre todos os países e povos que usam o português; 4) encorajar a cooperação, a pesquisa e o intercâmbio de especialistas nos campos da língua e da cultura; e, 5) preservar e difundir o Acordo Ortográfico já assinado pelos Sete e em curso de ratificação. Em 1992 cria-se em Lisboa o Instituto Camões com os mesmos propósitos.

<sup>5</sup> A Representação de Timor-Leste apresentou a sua admissão à cplp. O Quadro II teve como fontes o documento A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 1994, Embaixada do Brasil em Lisboa e clippings da imprensa do Brasil, Portugal e Angola.

<sup>6</sup> Sem desconsiderar a importância da criação da Universidade dos Sete, é importante ressaltar a vigência da Associação das Universidades de Língua Portuguesa, que vem actuando de forma cooperativa para o maior intercâmbio entre universidades, centros, institutos e laboratórios, com o papel aglutinador educacional para melhorar as condições de estudantes, professores e pesquisadores em todas as áreas afins dos países comunitários.

<sup>7</sup> A inclusão do português como língua oficial na Conferência Geral da unesco (mais tarde como língua de trabalho) já é um primeiro passo graças à iniciativa da Missão Permanente de Portugal, ao mesmo tempo que se deve estendê-la a outros fóruns internacionais da onu, bem como aos organismos regionais políticos como a ue, oea (já existente), oua, sadc, etc.

<sup>8</sup> A viabilidade económica, financeira e comercial da cplp centra-se na acção empresarial, mola propulsora da expansão do mercado. É interessante relacionar a vertente económico-comercial com o papel da língua comum, tradição que vem desde os

navegadores até hoje e que tornou possível a expansão comercial desde a colónia e que hoje, no mundo multilateral, tem à sua disposição toda uma rede internacional que deve ser explorada para a captação de recursos, transferência de tecnologia, sem falar das novas áreas do mercado cultural (em todas as suas facetas e sectores). Como hoje vivemos num mundo interligado, é questão de realismo político a presença dos Ministérios da Cooperação, Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia e Comunicação, que deveriam estar mais presentes e representados no Conselho de Ministros e no Conselho de Concertação Permanente.

<sup>9</sup> Sugestão funcional para a efectivação da rede executora é a de que sejam estabelecidas Associações, tais como as de Cidadãos de Língua Portuguesa no Mundo; Municipais/Concelhos; Empresariais e de Negócios (Económicos, Culturais, Desportivas, Lazer, Turismo, etc.); Científicas e Académicas públicas e privadas; Artísticas (Cinema, Teatro, TV, jornalísticas) e outras mais que, em geral, são as que fazem germinar o processo de cooperação da cplp.

<sup>10</sup> Frase do Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, Armindo Vaz de Almeida, para quem já era tempo de lançar de novo ao mar as caravelas em busca de uma nova rota comum, njc, 20 de Julho de 1996.

<sup>11</sup> No discurso escrito do Presidente Fernando Henrique Cardoso para a Cimeira da cplp, não havia referência a Timor-Leste. De improviso, Fernando Henrique Cardoso acrescentou que o Brasil vai apoiar os esforços em prol da autodeterminação do povo de Timor-Leste e do respeito pelos direitos humanos naquele território. A necessidade de uma «solução justa, global e internacionalmente aceitável para Timor-Leste» ficou expressa no comunicado final da Cimeira, embora o estatuto de membro observador tenha ficado adiado para a próxima Cimeira, cf. o jornal Público, de 18 de Julho de 1996. Ver também o artigo do Prémio Nobel da Paz, José Ramos-Horta, «Timor-Leste, a cplp e o Brasil», publicado no Expresso, 20 de Julho de 1996.

<sup>12</sup> A Presidência do Conselho de Ministros ficou em Portugal, através do Ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama. Para Secretário Executivo, pela regra de ordem alfabética dos países, foi indicado o ex-Primeiro-Ministro de Angola, Marcolino Moco, e o Ministro das Finanças e do Planeamento de São Tomé e Príncipe, Rafael Branco para ser o novo Secretário Executivo Adjunto, além dos representantes auxiliares de Portugal, Brasil e Angola. O Conselho de Concertação Permanente passou a ser designado como Comité de Embaixadores.

<sup>13</sup> Dados extraídos do jornal Público, de 18 de Agosto de 1996.

<sup>14</sup> Tal atitude deve buscar adequar (quando não corrigir) algumas situações criadas nas últimas décadas em torno de «vocações» definidas por cada membro: Portugal e a sua «vocação» norte-atlântica europeia; Brasil e sua «vocação» global trade e sul-atlântica; Moçambique e sua «vocação» para a Commonwealth; Guiné-Bissau e sua «vocação» francófona.